



Tabela de

Recursos Repetitivos

Mérito julgado

STJ

Últimas atualizações:

Tema 1206

Trânsito em julgado em 16/02/2024

Tema 1084

Trânsito em julgado em 19/02/2024

Atualizada em
21/02/2024

Quantidade: 72

SUMÁRIO

TEMA 20	11
PALAVRAS-CHAVE: Regime Aberto - Condição especial	11
TEMA 157	12
PALAVRAS-CHAVE: Descaminho – Aplicação – Princípio - Insignificância	12
TEMA 175	14
PALAVRAS-CHAVE: Embargos – Infringentes – Questões - Acessórias	14
TEMA 177	15
PALAVRAS-CHAVE: Lesão - Leve - Mulher - Natureza - Ação	15
TEMA 190	16
PALAVRAS-CHAVE: Pena - Aquém - Atenuantes - Impossibilidade	16
TEMA 191	17
PALAVRAS-CHAVE: Drogas - Combinação - Aplicação - Retroativa	17
TEMA 194	18
PALAVRAS-CHAVE: Embargos - Órgão - Colegiado - Decisão	18
TEMA 221	19
PALAVRAS-CHAVE: Corrupção - Menores - Crime - Formal	19

TEMA 275	20
PALAVRAS-CHAVE: Informação - Bancária - Autorização - Judicial	20
TEMA 285	21
PALAVRAS-CHAVE: Nulidade – Intimação – Advogado – N°OAB	21
TEMA 286	22
PALAVRAS-CHAVE: Nulidade - Intimação - Advogado - Homonímia	22
TEMA 376	23
PALAVRAS-CHAVE: Intimação – Agravado – Prejuízo – Necessidade	23
TEMA 377	24
PALAVRAS-CHAVE: Intimação - Agravado - Beneficia - Dispensa	24
TEMA 379	25
PALAVRAS-CHAVE: Prazo - Início - Juntada - Intimação	25
TEMA 413	26
PALAVRAS-CHAVE: AI - Recolhimento - Horário - Bancário	26
TEMA 445	27
PALAVRAS-CHAVE: Saída temporária - Competência - Presídio	27
TEMA 446	29
PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Condutor - Recusa - Legitimidade	29

TEMA 447	30
PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Veículo - Outras - Provas	30
TEMA 561	31
PALAVRAS-CHAVE: Furto - Privilegiado - Qualificadora - Objetiva	31
TEMA 581	32
PALAVRAS-CHAVE: Hediondez - Estupro - Atentado - Simples	32
TEMA 585	33
PALAVRAS-CHAVE: Compensação - Possibilidade - Confissão - Reincidência	33
TEMA 593	35
PALAVRAS-CHAVE: Mercancia - CD's - "Piratas" - Tipicidade	35
TEMA 596	36
PALAVRAS-CHAVE: Numeração - Adulterada - "Abolitio" - Temporária	36
TEMA 600	37
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Caráter - Hediondo	37
TEMA 646	38
PALAVRAS-CHAVE: Falsa identidade - Autodefesa - Tipicidade	38
TEMA 652	39
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Necessidade - PAD	39

TEMA 655	40
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Doloso - Trânsito	40
TEMA 697	41
PALAVRAS-CHAVE: Agravo de Instrumento - Tempestividade - Certidão - Intimação	41
TEMA 698	42
PALAVRAS-CHAVE: Embargos de declaração - Protelatórios - Multa - Prequestionamento - Art. 538 CPC	42
TEMA 709	43
PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Interrupção - Benefícios	43
TEMA 901	44
PALAVRAS-CHAVE: Artigo 310 - CTB - Perigo concreto ou abstrato	44
TEMA 916	45
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Consumação - Tentativa - Posse pacífica	45
TEMA 917	46
PALAVRAS-CHAVE: Execução - Remição - Trabalho extramuros	46
TEMA 918	47
PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Tipicidade - Aquiescência	47
TEMA 920	48
PALAVRAS-CHAVE: Suspensão condicional - Revogação - Término - Descumprimento	48

TEMA 924	49
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Vigilância – Crime impossível	49
TEMA 926	50
PALAVRAS-CHAVE: Artigo 184, § 2º, CP – Materialidade – Amostragem – Características externas – Identificação titulares	50
TEMA 930	51
PALAVRAS-CHAVE: Acordo - Art. 89, § 2º, Lei 9.099/95 - Condições - Restritiva direitos	51
TEMA 931	52
PALAVRAS-CHAVE: Extinção - Punibilidade – Privativa - Liberdade - Multa	52
TEMA 933	54
PALAVRAS-CHAVE: Consunção – Falsificação de papéis públicos – Descaminho	54
TEMA 934	55
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Consumação – Tentativa – Posse pacífica	55
TEMA 959	56
PALAVRAS-CHAVE: MP - Início - Prazo - Recurso	56
TEMA 983	57
PALAVRAS-CHAVE: Reparação - Cível - Violência - Doméstica	57
TEMA 984	58
PALAVRAS-CHAVE: Honorários - Dativo - Processo - Penal	58

TEMA 992	59
PALAVRAS-CHAVE: ECA - Medida - Socioeducativa - Maioridade	59
TEMA 993	60
PALAVRAS-CHAVE: Prisão - Domiciliar - Concessão - Tema 423/STF	60
TEMA 1006	61
PALAVRAS-CHAVE: Unificação - Penas - Data-base - Benefícios	61
TEMA 1052	62
PALAVRAS-CHAVE: Qualificação - Menor - BO - Documento	62
TEMA 1060	63
PALAVRAS-CHAVE: Desobediência - Veículo - Fuga - Polícia	63
TEMA 1077	64
PALAVRAS-CHAVE: Condenações – Transitadas – Valoração – Antecedentes	64
TEMA 1084	65
PALAVRAS-CHAVE: Retroatividade - Lei 13.964/2019 - Progressão	65
TEMA 1087	66
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Noturno – Incidência – Simples - Qualificada	66
TEMA 1100	67
PALAVRAS-CHAVE: Prescrição – Acórdão – Condenatório – Interrupção	67

TEMA 1106	68
PALAVRAS-CHAVE: Execução - Penas - Distintas - Cumprimento - Simultâneo	68
TEMA 1110	69
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Arma - Branca - Majoração - Pena - Base	69
TEMA 1114	71
PALAVRAS-CHAVE: Precatória - Interrogatório - Artigo 400 do CPP - Momento - Diverso	71
TEMA 1120	72
PALAVRAS-CHAVE: Remição - Ficta - Extensão - Trabalho - Estudo - Covid 19	72
TEMA 1121	73
PALAVRAS-CHAVE: Desclassificação - Estupro - Importunação - Sexual - Possibilidade	73
TEMA 1139	74
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Inquéritos - Ações - Penais - Andamento	74
TEMA 1143	75
PALAVRAS-CHAVE: Princípio - Insignificância - Contrabando - Cigarros - Aplicabilidade	75
TEMA 1144	76
PALAVRAS-CHAVE: Furto - Repouso - Noturno - Configuração	76
TEMA 1155	77
PALAVRAS-CHAVE: Detração - Recolhimento - Noturno - Fiscalização - Cômputo	77

TEMA 1161	79
PALAVRAS-CHAVE: Livramento - Condicional - Falta - Grave - Comportamento - Limitação - Temporal	79
TEMA 1167	80
PALAVRAS-CHAVE: Violência - Doméstica - Audiência - Preliminar	80
TEMA 1168	81
PALAVRAS-CHAVE: ECA - Pornografia - Artigos 241-A e 241-B - Concurso - Material	81
TEMA 1171	82
PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Simulacro - Arma - Pena - Restritiva - Possibilidade	82
TEMA 1172	83
PALAVRAS-CHAVE: Pena - Majoração - Reincidência - Específica	83
TEMA 1189	84
PALAVRAS-CHAVE: Vedação - Multa - Isolada - Artigo 17 da Lei 11.343/2006	84
TEMA 1202	85
PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Fração - Máxima - Artigo 71 do CP	85
TEMA 1205	86
PALAVRAS-CHAVE: Furto – Restituição – Imediata – Integral – Insignificância	86
TEMA 1206	87
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Laudo - Toxicológico - Assinatura - Perito - Imprescindibilidade	87

TEMA 1208

88

PALAVRAS-CHAVE: Execução – Benefícios – Reincidência – Sentença

88

TEMA 20

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1107314/PR, 1110823/PR e 1110824/PR		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Regime Aberto - Condição especial		
TESE FIRMADA					
É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1107314/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
1110823/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
1110824/PR	27/02/09	13/12/10	05/10/11	07/11/11	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 157

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1112748/TO, 1688878/SP e 1709029/MG	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Descaminho – Aplicação – Princípio - Insignificância

TESE FIRMADA

Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

SITUAÇÃO

Revisado/Trânsito em Julgado

ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1112748/TO	22/05/2009	09/09/2009	13/10/2009	18/11/2009
1688878/SP	01/12/2017	28/02/2018	04/04/2018	23/04/2018
1709029/MG	01/12/2017	28/02/2018	04/04/2018	17/05/2018

OBSERVAÇÕES

Revisão de Tema – 01/12/2017 (1688878/SP e 1709029/MG)

Entendimento Anterior (REsp 1.112.748/TO)

"DESCAMINHO. Incide o princípio da insignificância aos débitos tributários que não ultrapassem o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei nº 10.522/02".

TEMA 175

RECURSO		NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR			
Recurso Especial		1113175/DF	Corte Especial			
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE				
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Embargos – Infringentes – Questões - Acessórias				
TESE FIRMADA						
Seja porque o art. 530 do CPC não faz restrição quanto à natureza da matéria objeto dos embargos infringentes - apenas exige que a sentença de mérito tenha sido reformada em grau de apelação por maioria de votos -, seja porque o capítulo da sentença que trata dos honorários é de mérito, embora acessório e dependente, devem ser admitidos os embargos infringentes para discutir verba de sucumbência.						
SITUAÇÃO						
Trânsito em Julgado						
ANDAMENTO						
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO		
1113175/DF	08/06/2009	24/05/2012	07/08/2012	13/09/2012		
OBSERVAÇÕES						

TEMA 177

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1097042/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Lesão - Leve - Mulher - Natureza - Ação		
TESE FIRMADA				
A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública incondicionada.				
SITUAÇÃO				
Revisado/Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1097042/DF	09/06/2009	24/02/2010	21/05/2010	07/04/2011
11805/DF	16/11/2016	10/05/2017	17/05/2017	06/06/2017
OBSERVAÇÕES				
<p>Anotações NUGEPNAC: O STF NA ADI/4424 – por maioria de votos, julgou procedente a ação direta para, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, assentar a natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão, pouco importando a extensão desta, praticado contra a mulher no ambiente doméstico.</p> <p>Revisão de Tema: 16/11/2016 (Petição 11805/DF) Afetação da Questão de Ordem como Petição 11805/DF para revisão da tese firmada no REsp 1.097.042/DF.</p> <p><u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1.097.042/DF) "A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública condicionada à representação da vítima."</p> <p>Tema relacionado no STF:</p>				

TEMA 190

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1117068/PR e 1117073/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Pena - Aquém - Atenuantes - Impossibilidade		
TESE FIRMADA				
O critério trifásico de individualização da pena, trazido pelo art. 68 do Código Penal, não permite ao Magistrado extrapolar os marcos mínimo e máximo abstratamente cominados para a aplicação da sanção penal.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1117068/PR	29/06/2009	26/10/2011	08/06/2012	10/08/2012
1117073/PR	03/08/2009	26/10/2011	29/06/2012	31/08/2012
OBSERVAÇÕES				

Tema relacionado no STF:

[Tema 158/STF](#)

TEMA 191

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1117068/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Drogas - Combinação - Aplicação - Retroativa		
TESE FIRMADA				
É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da utilização da Lei nº 6.368/76, sendo vedada a combinação das leis.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1117068/PR	29/06/2009	26/10/2011	08/06/2012	10/08/2012
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 169/STF				

TEMA 194

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1049974/SP	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Embargos - Órgão - Colegiado - Decisão		
TESE FIRMADA				
Opostos embargos declaratórios de decisão colegiada, o relator poderá negar seguimento monocraticamente, com base no caput do artigo 557 do CPC.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1049974/SP	04/08/2009	02/06/2010	03/08/2010	22/09/2010
OBSERVAÇÕES				

TEMA 221

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1112326/DF e 1127954/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Corrupção - Menores - Crime - Formal		
TESE FIRMADA				
A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1112326/DF	15/09/2009	14/12/2011	08/02/2012	12/03/2012
1127954/DF	15/09/2009	14/12/2011	01/02/2012	07/03/2012
OBSERVAÇÕES				

TEMA 275

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1134665/SP	Primeira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO TRIBUTÁRIO		PALAVRAS-CHAVE: Informação - Bancária - Autorização - Judicial		
TESE FIRMADA				
As leis tributárias procedimentais ou formais, conducentes à constituição do crédito tributário não alcançado pela decadência, são aplicáveis a fatos pretéritos, razão pela qual a Lei 8.021/90 e a Lei Complementar 105/2001, por envergarem essa natureza, legitimam a atuação fiscalizatória/investigativa da Administração Tributária, ainda que os fatos imponíveis a serem apurados lhes sejam anteriores.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1134665/SP	15/10/2009	25/11/2009	18/12/2009	08/06/2010
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 225/STF				

TEMA 285

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1131805/SC	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Nulidade – Intimação – Advogado – N°OAB		
TESE FIRMADA				
A ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1131805/SC	09/10/2009	03/03/2010	08/04/2010	17/12/2010
OBSERVAÇÕES				

TEMA 286

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1131805/SC		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Nulidade - Intimação - Advogado - Homonímia		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO					
A ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda. Nada obstante, é certo que a existência de homonímia torna relevante o equívoco quanto ao número da inscrição na OAB, uma vez que a parte é induzida em erro, sofrendo prejuízo imputável aos serviços judiciários.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1131805/SC	09/10/2009	03/03/2010	08/04/2010	17/12/2010	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 376

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1148296/SP		Corte Especial	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO			PALAVRAS-CHAVE: Intimação – Agravado – Prejuízo – Necessidade		
TESE FIRMADA					
A intimação da parte agravada para resposta é procedimento natural de preservação do princípio do contraditório, nos termos do art. 527, V, do CPC. (...) A dispensa do referido ato processual ocorre tão-somente quando o relator nega seguimento ao agravo (art. 527, I), uma vez que essa decisão beneficia o agravado, razão pela qual conclui-se que a intimação para a apresentação de contrarrazões é condição de validade da decisão que causa prejuízo ao recorrente.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1148296/SP	11/03/2010	01/09/2010	28/10/2010	28/09/2010	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 377

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1148296/SP	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Intimação - Agravado - Beneficia - Dispensa		
TESE FIRMADA				
A intimação da parte agravada para resposta é procedimento natural de preservação do princípio do contraditório, nos termos do art. 527, V, do CPC. (...) A dispensa do referido ato processual ocorre tão-somente quando o relator nega seguimento ao agravo (art. 527, I), uma vez que essa decisão beneficia o agravado, razão pela qual conclui-se que a intimação para a apresentação de contrarrazões é condição de validade da decisão que causa prejuízo ao recorrente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1148296/SP	11/03/2010	01/09/2010	28/09/2010	28/10/2010
OBSERVAÇÕES				

TEMA 379

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1632777/SP e 1632497/SP	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Prazo - Início - Juntada - Intimação		
TESE FIRMADA				
Nos casos de intimação/citação realizadas por Correio, Oficial de Justiça, ou por Carta de Ordem, Precatória ou Rogatória, o prazo recursal inicia-se com a juntada aos autos do aviso de recebimento, do mandado cumprido, ou da juntada da carta.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1632777/SP	20/10/2016	17/05/2017	20/06/2017	26/05/2017
1632497/SP	20/10/2016	17/05/2017	20/06/2017	26/05/2017
OBSERVAÇÕES				

TEMA 413

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1122064/DF	Corte Especial		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: AI - Recolhimento - Horário - Bancário		
TESE FIRMADA				
Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1122064/DF	13/05/2010	01/09/2010	30/09/2010	28/10/2010
OBSERVAÇÕES				

TEMA 445

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1176264/RJ, 1166251/RJ e 1544036/RJ	Terceira Seção
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE	
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Saída temporária - Competência - Presídio	

TESE FIRMADA

Primeira tese: É recomendável que cada autorização de saída temporária do preso seja precedida de decisão judicial motivada. Entretanto, se a apreciação individual do pedido estiver, por deficiência exclusiva do aparato estatal, a interferir no direito subjetivo do apenado e no escopo ressocializador da pena, deve ser reconhecida, excepcionalmente, a possibilidade de fixação de calendário anual de saídas temporárias por ato judicial único, observadas as hipóteses de revogação automática do art. 125 da LEP.

Segunda tese: O calendário prévio das saídas temporárias deverá ser fixado, obrigatoriamente, pelo Juízo das Execuções, não se lhe permitindo delegar à autoridade prisional a escolha das datas específicas nas quais o apenado irá usufruir os benefícios. Inteligência da Súmula n. 520 do STJ.

Terceira tese: Respeitado o limite anual de 35 dias, estabelecido pelo art. 124 da LEP, é cabível a concessão de maior número de autorizações de curta duração.

Quarta tese: As autorizações de saída temporária para visita à família e para participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social, se limitadas a cinco vezes durante o ano, deverão observar o prazo mínimo de 45 dias de intervalo entre uma e outra. Na hipótese de maior número de saídas temporárias de curta duração, já intercaladas durante os doze meses do ano e muitas vezes sem pernoite, não se exige o intervalo previsto no art. 124, § 3º, da LEP.

SITUAÇÃO

Revisado/Trânsito em Julgado

ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1176264/RJ	08/11/2010	14/03/2012	03/09/2012	05/10/2012
1166251/RJ	05/11/2010	14/03/2012	04/09/2012	10/10/2012

1544036/RJ	03/05/2016	14/09/2016	19/09/2016	24/10/2016
OBSERVAÇÕES				
<p>- Revisão de Tema: 14/09/2016 (REsp 1.544.036/RJ)</p> <p>O Min. Relator, Rogério Schietti, proferiu decisão, reconsiderando parcialmente a decisão de afetação do REsp 1.544.036 para que "seja suspenso, tão somente, o processamento dos recursos que versem sobre a possibilidade de concessão de saídas temporárias automatizadas, nos termos do art. 1.037, II, do CPC, sem nenhuma paralisação em primeiro grau de jurisdição, pois deve ser mantida a regularidade na análise dos benefícios requeridos pelos apenados junto às Varas de Execuções Penais" (decisão publicada no DJe 15/8/2016).</p> <p><u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1.176.264/RJ)</p> <p>"A autorização das saídas temporárias é ato jurisdicional da competência do Juízo das Execuções Penais. Não é possível delegar ao administrador do presídio a fiscalização sobre diversas saídas temporárias, por se tratar de atribuição exclusiva do magistrado das execuções penais, sujeita à ação fiscalizadora do Ministério Público."</p>				

TEMA 446

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1111566/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Conductor - Recusa - Legitimidade		
TESE FIRMADA				
O indivíduo não pode ser compelido a colaborar com os referidos testes do 'bafômetro' ou do exame de sangue, em respeito ao princípio segundo o qual ninguém é obrigado a se autoincriminar (nemo tenetur se detegere).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1111566/DF	17/11/2010	28/03/2012	04/09/2012	20/02/2015
OBSERVAÇÕES				

TEMA 447

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1111566/DF		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Embriaguez - Veículo - Outras - Provas		
TESE FIRMADA					
<p>O tipo penal do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro é formado, entre outros, por um elemento objetivo, de natureza exata, que não permite a aplicação de critérios subjetivos de interpretação, qual seja, o índice de 6 decigramas de álcool por litro de sangue. O grau de embriaguez é elementar objetiva do tipo, não configurando a conduta típica o exercício da atividade em qualquer outra concentração inferior àquela determinada pela lei, emanada do Congresso Nacional. O decreto regulamentador, podendo elencar quaisquer meios de prova que considerasse hábeis à tipicidade da conduta, tratou especificamente de 2 (dois) exames por métodos técnicos e científicos que poderiam ser realizados em aparelhos homologados pelo CONTRAN, quais sejam, o exame de sangue e o etilômetro.</p>					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1111566/DF	17/11/2010	28/03/2012	04/09/2012	20/02/2015	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 561

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1193194/MG, 1193932/MG, 1193558/MG, 1193554/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto - Privilegiado - Qualificadora - Objetiva		
TESE FIRMADA				
Afigura-se absolutamente 'possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º)', máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e, também, o pequeno valor da <i>res furtiva</i> .				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1193194/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193932/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193558/MG,	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
1193554/MG	14/08/2012	22/08/2012	28/08/2012	28/09/2012
OBSERVAÇÕES				

TEMA 581

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1110520/SP	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Hediondez - Estupro - Atentado - Simples		
TESE FIRMADA				
Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados antes da edição da Lei nº 12.015/2009, ainda que em sua forma simples, configuram modalidades de crime hediondo.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1110520/SP	20/09/2012	26/09/2012	04/12/2012	18/02/2013
OBSERVAÇÕES				

TEMA 585

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1341370/MT, 1947845/SP e 1931145/SP	Terceira Seção
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE	
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Compensação - Possibilidade - Confissão - Reincidência	

TESE FIRMADA

É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.

SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1341370/MT	29/10/2012	10/04/2013	17/04/2013	20/05/2013
1947845/SP	15/10/2021	22/06/2022	24/06/2022	01/09/2022
1931145/SP	15/10/2021	22/06/2022	24/06/2022	06/10/2022

OBSERVAÇÕES

Revisão de Tema: 15/10/2021 (REsp's. 1.931.145/SP e 1.947.845/SP)

Entendimento Anterior (1341370/MT)

É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

Obs. essa tese foi alterada no julgamento dos REsp's. 1.931.145/SP e 1.947.845/SP, conforme informações constantes do campo denominado "tese firmada"(acima).

Tema relacionado no STF:

[Tema 929/STF](#)

TEMA 593

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1193196/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Mercancia - CD's - "Piratas" - Tipicidade		
TESE FIRMADA				
Considera-se "típica, formal e materialmente, a conduta prevista no artigo 184, § 2º, do Código Penal, afastando, assim, a aplicação do princípio da adequação social, de quem expõe à venda CD's E DVD's 'piratas'".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1193196/MG	11/09/2012	26/09/2012	04/12/2012	05/02/2013
OBSERVAÇÕES				

TEMA 596

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1311408/RN	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Numeração - Adulterada - "Abolitio" - Temporária		
TESE FIRMADA				
É típica a conduta de possuir arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticada após 23/10/2005, pois, em relação a esse delito, a abolitio criminis temporária cessou nessa data, termo final da prorrogação dos prazos previstos na redação original dos arts. 30 e 32 da Lei n. 10.826/2003.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1311408/RN	14/11/2012	13/03/2013	20/05/2013	07/06/2013
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 650/STF				

TEMA 600

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1329088/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Caráter - Hediondo		
TESE FIRMADA				
O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006) não é crime equiparado a hediondo.				
SITUAÇÃO				
Revisado/Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1329088/RS	14/11/2012	13/03/2013	26/04/2013	29/05/2013
Pet 11796/DF	26/10/2016	23/11/2016	29/11/2016	16/12/2016
OBSERVAÇÕES				
Revisão de Tema: 26/10/2016 (Pet 11796/DF)				
<u>Entendimento Anterior</u> (REsp 1329088/RS) "A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas, uma vez que a sua incidência não decorre do reconhecimento de uma menor gravidade da conduta praticada e tampouco da existência de uma figura privilegiada do crime".				

TEMA 646

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1362524/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Falsa identidade - Autodefesa - Tipicidade		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
É típica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, ainda que em situação de alegada autodefesa (art. 307 do CP).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1362524/MG	30/04/2013	23/10/2013	02/05/2014	04/06/2014
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 478/STF				

TEMA 652

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1378557/RS		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Necessidade - PAD		
TESE FIRMADA					
Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1378557/RS	21/05/2013	23/10/2013	21/03/2014	02/03/2018	
OBSERVAÇÕES					
Tema relacionado no STF: Tema 941/STF					

TEMA 655

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1336561/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Doloso - Trânsito		
TESE FIRMADA				
O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1336561/RS	09/10/2012	25/09/2013	01/04/2014	02/05/2014
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 758/STF				

TEMA 697

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1409357/SC	Segunda Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Agravo de Instrumento - Tempestividade - Certidão - Intimação		
TESE FIRMADA				
A ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada não é óbice ao conhecimento do Agravo de Instrumento quando, por outros meios inequívocos, for possível aferir a tempestividade do recurso, em atendimento ao princípio da instrumentalidade das formas.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1409357/SC	02/10/2013	14/05/2014	22/05/2014	01/07/2014
OBSERVAÇÕES				

TEMA 698

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1410839/SC	Segunda Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		PALAVRAS-CHAVE: Embargos de declaração - Protelatórios - Multa - Prequestionamento - Art. 538 CPC		
TESE FIRMADA				
Caracterizam-se como protelatórios os embargos de declaração que visam rediscutir matéria já apreciada e decidida pela Corte de origem em conformidade com súmula do STJ ou STF ou, ainda, precedente julgado pelo rito dos artigos 543-C e 543-B, do CPC.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1410839/SC	02/10/2013	14/05/2014	22/05/2014	27/06/2014
OBSERVAÇÕES				

TEMA 709

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1364192/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Falta - Grave - Interrupção - Benefícios		
TESE FIRMADA				
<p>1. A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo.</p> <p>2. Em se tratando de livramento condicional, não ocorre a interrupção do prazo pela prática de falta grave. Aplicação da Súmula 441/STJ.</p> <p>3. Também não é interrompido automaticamente o prazo pela falta grave no que diz respeito à comutação de pena ou indulto, mas a sua concessão deverá observar o cumprimento dos requisitos previstos no decreto presidencial pelo qual foram instituídos.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1364192/RS	21/11/2013	12/02/2014	17/09/2014	21/10/2014
OBSERVAÇÕES				
<p>Tema relacionado no STF: Tema 477/STF</p>				

TEMA 901

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1485830/MG		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Artigo 310 - CTB - Perigo concreto ou abstrato		
TESE FIRMADA					
É de perigo abstrato o crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro. Assim, não é exigível, para o aperfeiçoamento do crime, a ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na conduta de quem permite, confia ou entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1485830/MG	03/11/2014	11/03/2015	29/05/2015	26/06/2015	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 916

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1499050/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Consumação - Tentativa - Posse pacífica		
TESE FIRMADA				
Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1499050/RJ	09/02/2015	14/10/2015	09/11/2015	03/02/2016
OBSERVAÇÕES				
Vide Tema 934/STJ .				

TEMA 917

RECURSO		NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1381315/RJ	Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Execução - Remição - Trabalho extramuros		
TESE FIRMADA				
É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa extramuros.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1381315/RJ	10/02/2015	13/05/2015	19/05/2015	25/06/2015
OBSERVAÇÕES				

TEMA 918

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1480881/PI	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Tipicidade - Aquiescência		
TESE FIRMADA				
Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1480881/PI	10/02/2015	26/08/2015	10/09/2015	17/12/2015
OBSERVAÇÕES				

TEMA 920

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1498034/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Suspensão condicional - Revogação - Término - Descumprimento		
TESE FIRMADA				
Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1498034/RS	28/05/2015	25/11/2015	02/12/2015	15/02/2016
OBSERVAÇÕES				
Anotações NUGEPNAC REsp 1.498.034/RS: a questão disposta na letra "b" da decisão de afetação é objeto do Tema 930/STJ .				

TEMA 924

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1385621/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto – Vigilância – Crime impossível		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
A existência de sistema de segurança ou de vigilância eletrônica não torna impossível, por si só, o crime de furto cometido no interior de estabelecimento comercial.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1385621/MG	24/04/2015	27/05/2015	04/08/2015	02/06/2015
OBSERVAÇÕES				

TEMA 926

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1456239/MG e 1485832/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Artigo 184, § 2º, CP – Materialidade – Amostragem – Características externas – Identificação titulares		
TESE FIRMADA OU QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
É suficiente, para a comprovação da materialidade do delito previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal, a perícia realizada, por amostragem, sobre os aspectos externos do material apreendido, sendo desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1456239/MG	11/05/2015	12/08/2015	21/08/2015	23/09/2015
1485832/MG	11/05/2015	12/08/2015	21/08/2015	23/09/2015
OBSERVAÇÕES				

TEMA 930

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1498034/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Acordo - Art. 89, § 2º, Lei 9.099/95 - Condições - Restritiva direitos		
TESE FIRMADA				
Não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1498034/RS	28/05/2015	25/11/2015	02/12/2015	15/02/2016
OBSERVAÇÕES				
Anotações NUGEPNAC REsp 1.498.034/RS: a questão disposta na letra "a" da decisão de afetação é objeto do Tema 920/STJ .				

TEMA 931

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1519777/SP, 1785383/SP, 1785861/SP, 2024901/SP e 2090454/SP	Terceira Seção

RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Extinção - Punibilidade – Privativa - Liberdade - Multa

TESE FIRMADA

Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade.

SITUAÇÃO

Recursos Especiais afetados – Revisão de tema

ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1519777/SP	28/05/2015	26/08/2015	10/09/2015	16/08/2016
1785383/SP	21/09/2021	24/11/2021	30/11/2021	-
1785861/SP	21/09/2021	24/11/2021	30/11/2021	-
2024901/SP	30/10/2023	-	-	-
2090454/SP	30/10/2023	-	-	-

OBSERVAÇÕES

Revisão de Tema: 30/10/2023 (2024901/SP e 2090454/SP): “À alegada necessidade de demonstração da hipossuficiência do apenado para que, a despeito do inadimplemento da pena de multa, possa-se proceder ao reconhecimento da extinção de sua punibilidade”.



TEMA 933

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1378053/TRF4	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Consunção – Falsificação de papéis públicos – Descaminho		
TESE FIRMADA				
Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a este cominada.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1378053/TRF4	24/06/2015	10/08/2016	15/08/2016	15/09/2016
OBSERVAÇÕES				

TEMA 934

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1524450/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto – Consumação – Tentativa – Posse pacífica		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da res furtiva, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1524450/RJ	24/06/2015	14/10/2015	29/10/2015	03/12/2015
OBSERVAÇÕES				
Vide Tema 916/STJ .				

TEMA 959

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR
Recurso Especial	1349935/SE	Terceira Seção
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE	
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: MP - Início - Prazo - Recurso	

TESE FIRMADA

O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado.

SITUAÇÃO

Trânsito em Julgado

ANDAMENTO

RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1349935/SE	16/09/2016	23/08/2017	26/10/2017	14/09/2017

OBSERVAÇÕES

- Anotações NUGEPNAC

Em virtude de questionamentos relacionados à aplicabilidade da tese firmada no Tema 959/STJ à Defensoria Pública, informamos, com base em orientação do Gabinete do Ministro Relator, que da análise conjunta do acórdão proferido no Tema 959/STJ (DJe de 14/9/2017) e do acórdão proferido no HC 296.759 (DJe de 21/9/2017), conclui-se que a tese "O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado" aplica-se aos membros da Defensoria Pública.

TEMA 983

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1643051/MS e 1675874/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Reparação - Cível - Violência - Doméstica		
TESE FIRMADA				
Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1643051/MS	04/10/2017	28/02/2018	08/03/2018	19/04/2018
1675874/MS	24/10/2017	28/02/2018	08/03/2018	19/04/2018
OBSERVAÇÕES				

TEMA 984

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1656322/SC e 1665033/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Honorários - Dativo - Processo - Penal		
TESE FIRMADA				
<p>1ª) As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado;</p> <p>2ª) Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor;</p> <p>3ª) São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB.</p> <p>4ª) Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justiças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1656322/SC	22/11/2017	23/10/2019	04/11/2019	16/10/2020
1665033/SC	22/11/2017	23/10/2019	04/11/2019	16/10/2020
OBSERVAÇÕES				

TEMA 992

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1705149/RJ e 1717022/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: ECA - Medida - Socioeducativa - Maioridade		
TESE FIRMADA ou QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1705149/RJ	26/03/2018	13/06/2018	13/08/2018	13/09/2018
1717022/RJ	26/03/2018	13/06/2018	13/08/2018	25/09/2018
OBSERVAÇÕES				

TEMA 993

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1710674/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prisão - Domiciliar - Concessão - Tema 423/STF		
TESE FIRMADA				
<p>A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam:</p> <p>(i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir;</p> <p>(ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e</p> <p>(iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1710674/MG	23/04/2018	22/08/2018	03/09/2018	16/10/2018
OBSERVAÇÕES				
<p>Tema relacionado no STF: Tema 423/STF</p>				

TEMA 1006

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1753509/PR e 1753512/PR		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Unificação - Penas - Data-base - Benefícios		
TESE FIRMADA					
A unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1753509/PR	18/12/2018	18/12/2018	11/03/2019	08/04/2019	
1753512/PR	18/12/2018	18/12/2018	11/03/2019	08/04/2019	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 1052

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1619265/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Qualificação - Menor - BO - Documento		
TESE FIRMADA				
Para ensejar a aplicação de causa de aumento de pena prevista no art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006 ou a condenação pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, a qualificação do menor, constante do boletim de ocorrência, deve trazer dados indicativos de consulta a documento hábil - como o número do documento de identidade, do CPF ou de outro registro formal, tal como a certidão de nascimento.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1619265/MG	07/04/2020	07/04/2020	18/05/2020	03/06/2020
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1060

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1859933/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Desobediência - Veículo - Fuga - Polícia		
TESE FIRMADA				
A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro.				
SITUAÇÃO				
Mérito Julgado - RE Pendente				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1859933/SC	04/09/2020	09/03/2022	01/04/2022	-
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1077

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1794854/DF	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Condenações – Transitadas – Valoração – Antecedentes		
TESE FIRMADA				
Condenações criminais transitadas em julgado, não consideradas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização para desabonar a personalidade ou a conduta social do agente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1794854/DF	18/12/2020	23/06/2021	01/07/2021	18/08/2021
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1084

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1910240/MG e 1918338/MT	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Retroatividade - Lei 13.964/2019 - Progressão		
TESE FIRMADA				
É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei n. 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1910240/MG	23/03/2021	26/05/2021	31/05/2021	18/04/2023
1918338/MT	23/03/2021	26/05/2021	31/05/2021	19/02/2024
OBSERVAÇÕES				
Tema relacionado no STF: Tema 1169/STF				

TEMA 1087

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1888756/SP, 1890981/SP e 1891007/RJ		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Furto – Noturno – Incidência – Simples - Qualificada		
TESE FIRMADA					
A causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 4º).					
SITUAÇÃO					
Acórdão Publicado/Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1888756/SP	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	-	
1890981/SP	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	-	
1891007/RJ	19/04/2021	25/05/2022	27/06/2022	01/09/2022	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 1100

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1920091/RJ e 1930130/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prescrição – Acórdão – Condenatório – Interrupção		
TESE FIRMADA				
O acórdão condenatório de que trata o inciso IV do art. 117 do Código Penal interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório de sentença condenatória, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1920091/RJ	01/07/2021	10/08/2022	22/08/2022	04/10/2022
1930130/MG	01/07/2021	10/08/2022	21/09/2022	04/11/2022
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1106

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1925861/SP e 1918287/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Execução - Penas - Distintas - Cumprimento - Simultâneo		
TESE FIRMADA				
Sobrevindo condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos, as penas serão objeto de unificação, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvada a possibilidade de cumprimento simultâneo aos apenados em regime aberto e vedada a unificação automática nos casos em que a condenação substituída por pena alternativa é superveniente.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado/ Acórdão Publicado - RE Pendente				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1925861/SP	20/09/2021	27/04/2022	28/06/2022	17/08/2022
1918287/MG	20/09/2021	27/04/2022	28/06/2022	-
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1110

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1921190/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Arma - Branca - Majoração - Pena - Base		
TESE FIRMADA				
<p>1. Em razão da <i>novatio legis in melius</i> engendrada pela Lei n. 13.654/2018, o emprego de arma branca, embora não configure mais causa de aumento do crime de roubo, poderá ser utilizado como fundamento para a majoração da pena-base, quando as circunstâncias do caso concreto assim justificarem.</p> <p>2. O julgador deve fundamentar o novo apenamento ou justificar a não realização do incremento na basilar, nos termos do que dispõe o art. 387, II e III, do CPP.</p> <p>3. Não cabe a esta Corte Superior a transposição valorativa da circunstância para a primeira fase da dosimetria ou mesmo compelir que o Tribunal de origem assim o faça, em razão da discricionariedade do julgador ao aplicar a <i>novatio legis in melius</i>.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1921190/MG	03/11/2021	25/05/2022	27/05/2022	06/10/2022
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1114

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1933759/PR e 1946472/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Precatória - Interrogatório - Artigo 400 do CPP - Momento - Diverso		
TESE FIRMADA				
O interrogatório do réu é o último ato da instrução criminal. A inversão da ordem prevista no art. 400 do CPP tangencia somente à oitiva das testemunhas e não ao interrogatório. O eventual reconhecimento da nulidade se sujeita à preclusão, na forma do art. 571, I e II, do CPP, e à demonstração do prejuízo para o réu.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1933759/PR	16/11/2021	13/09/2023	25/09/2023	07/11/2023
1946472/PR	16/11/2021	13/09/2023	25/09/2023	07/11/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1120

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		1953607/SC		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Remição - Ficta - Extensão - Trabalho - Estudo - Covid 19		
TESE FIRMADA					
Nada obstante a interpretação restritiva que deve ser conferida ao art. 126, §4º, da LEP, os princípios da individualização da pena, da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da fraternidade, ao lado da teoria da derrotabilidade da norma e da situação excepcionalíssima da pandemia de covid-19, impõem o cômputo do período de restrições sanitárias como de efetivo estudo ou trabalho em favor dos presos que já estavam trabalhando ou estudando e se viram impossibilitados de continuar seus afazeres unicamente em razão do estado pandêmico.					
SITUAÇÃO					
Trânsito em Julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1953607/SC	06/12/2021	14/09/2022	20/09/2022	04/11/2022	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 1121

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1959697/SC, 1957637/MG, 1958862/MG e 1954997/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Desclassificação - Estupro - Importunação - Sexual - Possibilidade			
TESE FIRMADA				
Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1958862/MG	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	17/08/2022
1957637/MG	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	01/09/2022
1954997/SC	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	01/09/2022
1959697/SC	06/12/2021	08/06/2022	01/07/2022	23/09/2022
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1139

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1977027/PR e 1977180/PR	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Privilegiado - Inquéritos - Ações - Penais - Andamento			
TESE FIRMADA				
É vedada a utilização de inquéritos e/ou ações penais em curso para impedir a aplicação do art. 33, § 4.º, da Lei n. 11.343/06.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1977027/PR	08/04/2022	10/08/2022	18/08/2022	29/09/2022
1977180/PR	08/04/2022	10/08/2022	18/08/2022	29/09/2022
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1143

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1971993/SP e 1977652/SP	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Princípio - Insignificância - Contrabando - Cigarros - Aplicabilidade			
TESE FIRMADA				
O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação. (Modulação dos efeitos da tese – vide abaixo).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1971993/SP	29/04/2022	13/09/2023	19/09/2023	03/11/2023
1977652/SP	29/04/2022	13/09/2023	19/09/2023	17/10/2023
MODULAÇÃO DE EFEITOS				
A tese deve ser aplicada apenas aos feitos ainda em curso na data em que encerrado o presente julgamento, sendo inaplicáveis aos processos transitados em julgado, notadamente considerando os fundamentos que justificaram a alteração jurisprudencial no caso e a impossibilidade de rescisão de coisa julgada calcada em mera modificação de orientação jurisprudencial.				

TEMA 1144

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1979989/RS e 1979998/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto - Repouso - Noturno - Configuração		
TESE FIRMADA				
<p>1. Nos termos do § 1º do art. 155 do Código Penal, se o crime de furto é praticado durante o repouso noturno, a pena será aumentada de um terço.</p> <p>2. O repouso noturno compreende o período em que a população se recolhe para descansar, devendo o julgador atentar-se às características do caso concreto.</p> <p>3. A situação de repouso está configurada quando presente a condição de sossego/tranquilidade do período da noite, caso em que, em razão da diminuição ou precariedade de vigilância dos bens, ou, ainda, da menor capacidade de resistência da vítima, facilita-se a concretização do crime.</p> <p>4. São irrelevantes os fatos das vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.</p>				
SITUAÇÃO				
Trânsito em Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1979998/RS	29/04/2022	22/06/2022	30/06/2022	17/08/2022
1979989/RS	29/04/2022	22/06/2022	30/06/2022	01/09/2022
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1155

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1977135/SC	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Detração - Recolhimento - Noturno - Fiscalização - Cômputo		
TESE FIRMADA				
<p>1) O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado, deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.</p> <p>2) O monitoramento eletrônico associado, atribuição do Estado, não é condição indeclinável para a detração dos períodos de submissão a essas medidas cautelares, não se justificando distinção de tratamento ao investigado ao qual não é determinado e disponibilizado o aparelhamento.</p> <p>3) As horas de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.</p>				
SITUAÇÃO				
Acórdão Publicado/ RE Pendente				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1977135/SC	13/05/2022	23/11/2022	28/11/2022	-
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1161

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1970217/MG e 1974104/RS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Livramento - Condicional - Falta - Grave - Comportamento - Limitação - Temporal		
QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO				
Definir se o requisito objetivo do livramento condicional consistente em não ter cometido falta grave nos últimos 12 meses (art. 83, III, "b", do CP, inserido pela Lei Anticrime) limita temporalmente a valoração do requisito subjetivo (bom comportamento durante a execução da pena, alínea "a" do referido inciso).				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1970217/MG	01/09/2022	24/05/2023	01/06/2023	19/09/2023
1974104/RS	01/09/2022	24/05/2023	01/06/2023	-
OBSERVAÇÕES				
RE Pendente (1974104/RS)				

TEMA 1167

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1964293/MG e 1977547/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Violência - Doméstica - Audiência - Preliminar		
TESE FIRMADA				
A audiência prevista no art. 16 da Lei 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz. Sua realização somente é necessária caso haja manifestação do desejo da vítima de se retratar trazida aos autos antes do recebimento da denúncia.				
SITUAÇÃO				
Mérito Julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1964293/MG	05/10/2022	08/03/2023	29/03/2023	11/05/2023
1977547/MG	05/10/2022	08/03/2023	29/03/2023	11/05/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1168

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1970216/SP, 1971049/SP e 1976855/MS	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: ECA - Pornografia - Artigos 241-A e 241-B - Concurso - Material		
TESE FIRMADA				
Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1970216/SP	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	20/09/2023
1971049/SP	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	20/09/2023
1976855/MS	06/10/2022	03/08/2023	08/08/2023	31/10/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1171

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	1994182/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Roubo - Simulacro - Arma - Pena - Restritiva - Possibilidade		
TESE FIRMADA				
A utilização de simulacro de arma configura a elementar grave ameaça do tipo penal do roubo, subsumindo à hipótese legal que veda a substituição da pena.				
SITUAÇÃO				
Acórdão publicado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1994182/RJ	20/10/2022	11/12/2023	18/12/2023	-
OBSERVAÇÕES				
-				

TEMA 1172

RECURSO		NÚMERO		ÓRGÃO JULGADOR	
Recurso Especial		2003716/RS		Terceira Seção	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Pena - Majoração - Reincidência - Específica		
TESE FIRMADA					
"A reincidência específica como único fundamento só justifica o agravamento da pena em fração mais gravosa que 1/6 em casos excepcionais e mediante detalhada fundamentação baseada em dados concretos do caso".					
SITUAÇÃO					
Trânsito em julgado					
ANDAMENTO					
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
2003716/RS	26/10/2022	25/10/2023	31/10/2023	13/12/2023	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 1189

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2049327/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Vedação - Multa - Isolada - Artigo 17 da Lei 11.343/2006		
TESE FIRMADA				
A vedação constante do art. 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) obsta a imposição, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado.				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2049327/RJ	26/04/2023	14/06/2023	16/06/2023	02/08/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1202

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2029482/RJ e 2050195/RJ	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Estupro - Vulnerável - Fração - Máxima - Artigo 71 do CP			
TESE FIRMADA				
"No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve 7 (sete) ou mais repetições"				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2029482/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
2050195/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1205

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2062375/AL e 2062095/AL	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Furto – Restituição – Imediata – Integral – Insignificância		
TESE FIRMADA				
"A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2062375/AL	15/08/2023	25/10/2023	30/10/2023	12/12/2023
2062095/AL	15/08/2023	25/10/2023	30/10/2023	12/12/2023
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1206

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2048422/MG, 2048645/MG e 2048440/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Laudo - Toxicológico - Assinatura - Perito - Imprescindibilidade		
TESE FIRMADA				
"A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2048422/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
2048645/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
2048440/MG	23/08/2023	22/11/2023	27/11/2023	16/02/2024
OBSERVAÇÕES				

TEMA 1208

RECURSO	NÚMERO	ÓRGÃO JULGADOR		
Recurso Especial	2049870/MG e 2055920/MG	Terceira Seção		
RAMO DO DIREITO	PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PROCESSUAL PENAL	PALAVRAS-CHAVE: Execução – Benefícios – Reincidência – Sentença			
TESE FIRMADA				
"A reincidência pode ser admitida pelo juízo das execuções penais para análise da concessão de benefícios, ainda que não reconhecida pelo juízo que prolatou a sentença condenatória".				
SITUAÇÃO				
Trânsito em julgado				
ANDAMENTO				
RECURSO	AFETAÇÃO	JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
2029482/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
2050195/RJ	29/06/2023	17/10/2023	20/10/2023	30/11/2023
OBSERVAÇÕES				